



V Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica
V EnICT
ISSN: 2526-6772
IFSP – Câmpus Araraquara
22 e 23 de outubro de 2020



LEVANTAMENTO DAS POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO À PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO HIPERATIVO À PARTIR DE ESTUDOS COM PROFESSORES

CAMILA BRISOLA DE MEDEIROS¹, KARLA PAULINO TONUS²

¹ Licencianda do curso de licenciatura em Pedagogia, Bolsista PIBIC-IFSP, Câmpus Boituva
brisola.camila@aluno.ifsp.edu.br

² Professora Dr^a do curso de Licenciatura em Pedagogia, orientadora PIBIC-IFSP, Câmpus Boituva
karla.tonus@ifsp.edu.br

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.01.06-1

RESUMO: A patologização e a medicalização da educação tem sido objetos de estudos de autores preocupados com os desdobramentos sobre a escolarização e o desenvolvimento de alunos submetidos a tais práticas, dentre outros. A hipótese de TDAH tem levado crianças, cada vez mais novas, a consultórios médicos, entretanto, os diagnósticos apresentam controversas que nos impulsionam a questionar as abstrações que compõem este fenômeno. Este trabalho é um resumo do projeto aprovado em Edital do CNPq e que está em fase inicial. Com este projeto objetiva-se identificar, por meio da formação de um grupo de professores do ensino fundamental I e II da rede municipal de ensino, as possibilidades de enfrentamento à patologização e medicalização do comportamento hiperativo de seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE: comportamento hiperativo; educação; escolarização; medicalização; patologização.

INTRODUÇÃO

O projeto de iniciação científica que se apresenta propõe a formação de grupo de estudos com professoras (es) do Ensino Fundamental I e II da Rede Municipal de Ensino que, prioritariamente, possuem alunos diagnosticados ou com hipótese de TDAH

As (os) professoras (es) participantes responderão a um questionário inicial, em que apresentarão suas concepções sobre o tema “patologização e medicalização do comportamento hiperativo”. Ao final, um novo questionário deverá ser respondido, bem como apresentação de relatos, para que possamos avaliar a contribuição do processo na reformulação das antigas concepções.

A partir deste trabalho, busca-se atender ao objetivo geral de identificar as possibilidades de enfrentamento à patologização e medicalização do comportamento hiperativo de alunos do Ensino Fundamental I e II. Para isso, busca-se como objetivos específicos realizar o levantamento de escolas e classes com alunos diagnosticados ou com hipótese de TDAH; formar grupo com os professores das classes com alunos diagnosticados ou com hipótese de TDAH, para estudos e reflexões sobre o tema; estimular o desenvolvimento de novas concepções sobre o tema, articulando-as às práticas educacionais; promover a refutação da patologização do comportamento hiperativo, compreendendo-o a partir de suas determinações sociais, educacionais e subjetivas; promover a contestação à medicalização do comportamento hiperativo, a partir do conhecimento dos efeitos produzidos pela medicação sobre organismo dos alunos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de medicalização tem sido usualmente utilizado por profissionais da Educação, Psicologia e de demais campos da área da Saúde, que buscam alertar a sociedade para a crescente utilização de fármacos

e de explicações biologizantes e psicologizantes para o enfrentamento de problemas individuais, sociais e educacionais. Deste modo, conforme Figueiredo (2019, p. 94), “... ao olharmos para o ‘medicalizar’ por meio do que a etimologia realmente remete, passamos a falar sobre o ato de tornar um problema previamente distante da Medicina em algo de interesse e estudo pelas ciências médicas”.

A articulação entre saúde e educação no contexto social do início do século XX, no Brasil, produziu o que foi denominado de higienismo, que carregou a missão de higienizar o meio e as teorias sociais e humanas. Nesse sentido, a higiene escolar aponta para a saúde dos indivíduos (professores, alunos e funcionários) e para as condições das instalações físicas dos prédios escolares. O movimento escolanovista, atuante nesse período, corrobora a ideia de que a escola deveria cuidar da saúde física e mental de seus alunos e os professores deveriam identificar os desvios (HORA, 2011). Assim, a norma médica passa a determinar as explicações a respeito das possibilidades e condições de aprendizagem.

A patologização é decorrente do processo de redução das explicações para problemas de cunho social e educacional às determinações biológicas, orgânicas e individuais; a indisciplina, por exemplo, é um comportamento muito semelhante ao comportamento descrito no diagnóstico de TDAH (MEIRA, 2019, p. 229-230).

A psicologia, como uma das ciências que oferecem fundamentação científica à educação, desenvolveu estudos e métodos que buscavam estabelecer padrões de normalidade e quantificar as diferenças individuais. Os laboratórios de psicologia, ícones de cientificidade, bastante presentes no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, produziam, a partir de dados fisiológicos e morfológicos, conhecimento a respeito das funções psicológicas implicadas no processo de aprendizagem (Antunes, 2003, Centofanti, 2006) e, assim, determinavam quem teria e quem não teria sucesso na escola. Embora muitos psicólogos tenham superado tal concepção, denominada organicista, ainda hoje há práticas que corroboram a ideia de que as dificuldades escolares são inerentes aos alunos, ou seja, são dificuldades provindas de alterações orgânicas. A Educação, ao se apropriar dos conhecimentos historicamente desenvolvidos pela psicologia da educação, ainda tem utilizado esse discurso como justificativa para o não aprender (PATTO, 2000).

Com a adoção da patologização e da medicalização de alunos que não correspondem às expectativas de professores, gestores escolares e famílias, verifica-se o retorno de teorias organicistas que explicam uma condição ao atribuí-la ao aspecto orgânico, do indivíduo, vindo a culpar a vítima, o aluno que não aprende ou que se comporta diferentemente do esperado.

Esse modo de entender a condição do aluno traz a mensagem implícita de que a educação é um fenômeno neutro e, portanto, exime todos os sujeitos do processo educativo da responsabilidade pela formação, no aluno, das funções psicológicas superiores construídas na interface do ensino e da aprendizagem.

De acordo com Vigotski (2003), as funções psicológicas transformam-se de elementares a superiores com a mediação do ensino, de um adulto ou criança mais experiente; o mesmo se dá com os conceitos que se transformam de espontâneos em científicos com a mediação do ensino. A teoria histórico-cultural, inaugurada por Vigotski, atribui grande valor ao ensino e à parceria entre professores e alunos na formação da consciência. O conceito de zona do desenvolvimento próximo, formulado por Vigotski (idem) propõe que a aprendizagem precede o desenvolvimento das funções psicológicas, provocando um salto qualitativo em tais funções, que podem passar de elementares a superiores por conta do contato social intencionalmente planejado.

A psicologia histórico-cultural articula-se à pedagogia histórico-crítica por compartilharem a mesma concepção de homem e por compreenderem as transformações que a educação escolar exerce sobre o psiquismo. Com esse respaldo teórico, compreende-se o psiquismo humano a partir da historicidade dos fenômenos, e o processo educacional inserido em e decorrente de condições históricas determinadas. (FACCI, 2004)

Martins (2013, p. 275) adverte a respeito da valorização e transmissão dos conhecimentos historicamente sistematizados como uma premissa para o desenvolvimento das funções tipicamente humanas.

Com a apropriação desses elementos teóricos, na tentativa de compreender a complexidade que envolve os comportamentos tidos como inadequados ao aprendizado, procura-se enxergar na relação entre ensino e aprendizagem, no contexto escolar e social os elementos explicativos desse fenômeno. De tal modo, busca-se questionar argumentos que recaem sobre uma possível condição do aluno e a considerar a dinâmica

escolar, educacional e social como produtoras do fracasso escolar de alunos cujos comportamentos não de adequam ao ideal.

Em relação ao TDAH, Signor e Santana (2016) alertam para a imprecisão do conceito e sua variação ao longo do tempo, passando de “Lesão Cerebral Mínima” a “Disfunção Cerebral Mínima”, para chegar ao conceito de Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade” no DSM-III, cuja etiologia é incerta.

O conceito de TDAH tem sido utilizado indiscriminadamente por pais e professores, com pouco questionamento a respeito daquilo que é específico da criança, de como se forma a atenção voluntária. Referenciadas pelos estudos de Luria, Signor e Santana (2016, p. 30) apontam que: “Entender como a atenção é construída no decorrer das vivências sociais e como ela se modifica ao longo do tempo e diante da cultura e da infinidade de experiências que assolam a vida em sociedade é compreender o seu caráter histórico-social”.

Por meio dessa citação, justifica-se a preferência pela expressão “comportamento hiperativo” no lugar de TDAH; assim, aceita-se o fato de que uma criança seja mais agitada que outras ou que se concentrem menos que as demais nas atividades propostas, contudo, entende-se que uma criança em desenvolvimento não deve ser rotulada (patologizada), tampouco medicalizada.

A patologização e a medicalização servem, portanto, para encobrir situações inadequadas para a concretização da aprendizagem e do comportamento de estudo. Com isso não se desconsidera os aspectos biológicos presentes na constituição humana, mas, considera-se, sobretudo, sua constituição social e histórica.

Assim, para além das explicações organicistas para os comportamentos de alunos concretos que diferem do ideal, para além da medicalização que produz tantos efeitos colaterais, é necessário compreender as contradições presentes no processo de ensino e aprendizagem e as multideterminações que envolvem a subjetividade e a experiência escolar.

No entanto, as concepções dos professores, decorrentes de suas vivências, mediam as relações com os alunos e, usualmente, tendem a reforçar a patologização e a medicalização de problemas escolares; assim, o comportamento hiperativo, indisciplinado, o fracasso na leitura e escrita são compreendidos como patológicos e, seguindo esta lógica, precisam ser medicalizados.

Esta forma de compreensão precisa ser superada em direção à compreensão da multideterminação dos fenômenos. É fundamental problematizar os comportamentos dos alunos como manifestações de um contexto social e educacional que não produz aprendizagens; neste sentido, o comportamento do aluno, passa a ser visto como expressão de uma subjetividade em construção, mediada também pelos eventos e aprendizagens escolares.

É preciso, ainda, problematizar o uso dos remédios como recursos inofensivos na abordagem do comportamento hiperativo de alunos em desenvolvimento. Portanto, entende-se que, ao ampliar suas concepções sobre o tema, os professores poderão interagir com seus alunos que apresentam queixas escolares, comportamento hiperativo, indisciplinado, etc. a partir de outra perspectiva e oferecer um atendimento pedagógico a tais questões.

Acolhe-se a afirmação de Meira (2019, p. 238), para quem os professores “são os verdadeiros protagonistas na luta contra a medicalização”. Espera-se, portanto, oferecer os recursos teóricos para que as (os) participantes do grupo possam desenvolver novas concepções sobre o tema e propor uma organização de ensino que possibilite a participação de todos os alunos e a compreensão da urgência no combate à patologização e medicalização do comportamento hiperativo.

METODOLOGIA

Este projeto de iniciação científica será realizado por meio de grupo de estudos com aproximadamente 30 professoras (es) do Ensino Fundamental I e II da Rede Municipal de Ensino. Deverão compor o grupo, prioritariamente, aquelas (es) que possuem alunos diagnosticados ou com hipótese de TDAH,; antes, porém, deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As (os) professoras (es) participantes responderão a um questionário inicial, em que apresentarão suas concepções sobre o tema “patologização e medicalização do comportamento hiperativo”. Ao final, um novo questionário deverá ser respondido, bem como apresentação de relatos, para que possamos avaliar a contribuição do processo na reformulação das antigas concepções.

Serão propostos os seguintes temas para discussão e reflexão junto aos participantes: Articulação entre os temas fracasso escolar, medicalização e patologização da educação; O desenvolvimento humano e a educação medicalizada; Justificativa para o não aprender: TDAH; Organização do Ensino e o enfrentamento à patologização e medicalização da educação. Estima-se, em média, 4 a 5 encontros de duas horas para o desenvolvimento de cada tema, além dos encontros cujos temas serão propostos pelos (as) participantes.

O discente bolsista deverá visitar as escolas de Ensino Fundamental do município para fazer o levantamento de onde estão matriculados esses alunos e, em seguida, propor o convite para participação no grupo de estudos, a partir do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O discente bolsista deverá desenvolver, aplicar e analisar os questionários respondidos pelos participantes, bem como preparar e coordenar os encontros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se, como resultados deste projeto, inovações nas práticas educativas de professores que lidam com alunos que apresentam comportamento hiperativo, no sentido de desenvolverem a crítica à patologização e medicalização do comportamento, que representam forças opositoras ao desenvolvimento e ao aprendizado e acarretam tantos efeitos deletérios sobre o aluno.

Avançar no entendimento sobre os aspectos culturais do desenvolvimento humano e o impacto da educação escolar sobre o mesmo e entendê-lo como fenômeno multideterminado, para além das explicações organicistas, é avançar em direção a uma escola democrática, inclusiva e de qualidade.

CONCLUSÕES

Este projeto está em fase inicial e, portanto, ainda não é possível apresentar conclusões a respeito dos resultados dos procedimentos a serem realizados.

AGRADECIMENTOS

O presente projeto será desenvolvido com a contribuição da agência de fomento à pesquisa “Conselho Nacional de desenvolvimento científico e tecnológico” através da concessão da bolsa de Iniciação Científica pelo programa PIBIC do CNPq, Edital nº144/2020.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. **Psicologia e Educação** no Brasil: Um Olhar Histórico-Crítico. In: MEIRA, M. E. M., ANTUNES, M. A.M. *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CENOFANTI, R. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. In: **Revista Psicologia da Educação**. nº 22. São Paulo, 2006. p. 31-52

FACCI, M. G. D. Teorias educacionais e teorias psicológicas: em busca de uma psicologia marxista da educação. In: DUARTE, N. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FIGUEIREDO, F. P. O outro lado da medicalização. In: TULESKI, S. C; FRANCO, A. F. **O lado sombrio da medicalização da infância**: possibilidades de enfrentamento. RJ: Nau Editora, 2019.

HORA, D. M. **O olho clínico do professor**: um estudo sobre os conteúdos e práticas medicalizantes no currículo escolar. RJ: Contra capa, 2011. Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2010. Disponível em www.medicalizacao.com.br. Acesso em 13/04/2020.

MARTINS, L.M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MEIRA, M. E. M. Medicalização na e da educação: processos de produção e ações de enfrentamento. In: TULESKI, S. C; FRANCO, A. F. **O lado sombrio da medicalização da infância**: possibilidades de enfrentamento. RJ: Nau Editora, 2019.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SIGNOR, R; SANTANA, A.P. **TDAH e medicalização**: implicações neurolinguísticas e educacionais do transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade. São Paulo: Plexus, 2016